

BOLETIM

# DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

Nº17 - 2026

EDIÇÃO ESPECIAL - DADOS ANUAIS (2012-2025)



**PUCRS** | LABORATÓRIO DE DESIGUALDADES, POBREZA  
E MERCADO DE TRABALHO - DATA SOCIAL



SALATA, Andre Ricardo.,  
RIBEIRO, Marcelo Gomes.,  
RODRIGUES, Juciano Martins.

Boletim Desigualdade nas Metr6poles.  
Porto Alegre/RS, n. 17, 2026

Disponível em:

<<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>>

<<http://www.pucrs.br/datasocial>>

As manifestações expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posição das instituições envolvidas no projeto.

## FICHA TÉCNICA

### PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

#### **Prof. Dr. Andre Ricardo Salata**

Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)  
Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metr6poles  
Coordenador do PUCRS Data Social

#### **Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro**

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Pesquisador do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles

#### **Prof. Dr. Juciano Martins Rodrigues**

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Coordenador do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles

### INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Observatório das Metr6poles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
PUCRS-Data Social: laboratório de desigualdades, pobreza e mercado de trabalho.  
Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

### FOMENTO

Fundação PORTICUS  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

### CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING)

PUCRS (ASCOM)  
[imprensa@pucrs.br](mailto:imprensa@pucrs.br) / [ascom@pucrs.br](mailto:ascom@pucrs.br)  
(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunicação Observatório das Metr6poles  
[comunicacao@observatoriodasmetropoles.net](mailto:comunicacao@observatoriodasmetropoles.net)

## DESTAQUES DESSA EDIÇÃO

- A renda média domiciliar per capita do conjunto das metrópoles do país alcançou novo recorde em 2025, por ter registrado o valor de R\$2.766, o maior da série histórica, desde 2012.
- Apesar do aumento da renda média domiciliar per capita em 2025 no conjunto das metrópoles brasileiras, houve aumento da desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, que atingiu 0,511.
- O aumento da desigualdade de renda no conjunto das metrópoles brasileiras também foi verificado na razão de rendimento entre os 10% do topo e os 40% da base de distribuição de renda, que atingiu o patamar de 16,1. Isso indica que os 10% mais ricos ganhavam, em média, 16,1 vezes mais do que os 40% mais pobres.
- O aumento da média de renda domiciliar per capita aconteceu em todas as Regiões Metropolitanas do país em 2025. Apesar disso, a média de renda verificada na metrópole de nível mais elevado, Brasília [R\$4.401], foi 2,7 maior do que a média de renda na metrópole de nível mais baixo, Grande São Luís [R\$1.616].

- A taxa de pobreza no conjunto das metrópoles brasileiras alcançou, pela terceira vez, o menor patamar desde o início da série histórica, tendo registrado 18,4%, o que correspondeu ao total de 15,2 milhões de pessoas em situação de pobreza.
- Entre 2021 e 2025, houve redução de mais de 10 milhões de pessoas em situação de pobreza no conjunto das metrópoles brasileiras.
- Em 2025, a taxa de extrema pobreza reduziu para 3,2% no conjunto das metrópoles brasileiras. Esse nível só foi maior do que as taxas registradas em 2013 e 2014, desde o começo da série histórica, iniciada em 2012.
- Entre 2022 e 2025, a taxa de extrema pobreza caiu em quase todas as Regiões Metropolitanas do país. As exceções foram Brasília e Florianópolis que registraram crescimento nesse período.

# 1 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como reconhecido por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em

seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das Regiões Metropolitanas do país. E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso de-

mográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as Regiões Metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O *Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles* tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das Regiões Metropolitanas do país. Esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial das divulgações dos segundo e quarto trimestres de cada ano. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo.

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, sediado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o PUCRS-Data Social e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins, e com o intuito de atingir um público mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

# NOTAS METODOLÓGICAS

- 1** Nesta edição, trabalhamos com os dados da divulgação anual (acumulados na quinta visita) da PNADc - IBGE, cobrindo o período de 2012 até 2025. A vantagem dos dados anuais é que se torna possível ter acesso a outras fontes de renda que não os rendimentos do trabalho, incluindo, por exemplo, aposentadorias, seguro-desemprego, benefício de prestação continuada (BPC), Bolsa-Família, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil, entre outras fontes. Desse modo, ao contrário do que ocorre com a divulgação trimestral dos dados da PNADc, que costumamos utilizar em nossos boletins, podemos tratar da renda mensal total dos domicílios.
- 2** Os dados de rendimentos utilizados neste Boletim dizem respeito ao rendimento domiciliar per capita mensal (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes), excluindo o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar fosse de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
- 3** Trabalhamos com todas as Regiões Metropolitanas para as quais temos dados representativos na PNADc. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como regiões metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as Regiões Metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento da PNADc, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

## 2 COEFICIENTE DE GINI

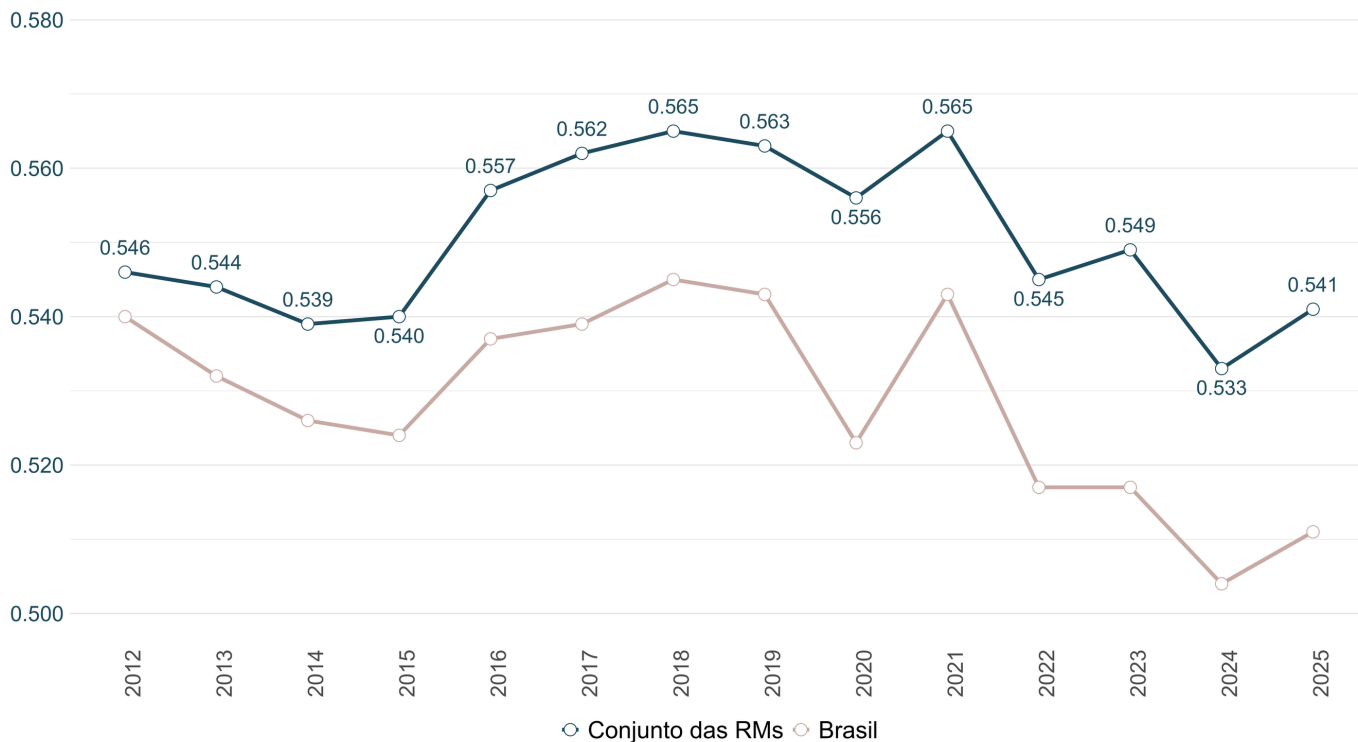
O coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Na figura 1, se observa a evolução da média do coeficiente de Gini para o conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil do início da série histórica, em 2012, até o ano mais recente, em 2025. O que se percebe é que entre 2012 e 2014 a desigualdade de renda passou por uma constante e leve redução. Após um período de estabilidade entre 2014 e 2015, esse valor teve um crescimento elevado no ano seguinte e atingiu um ápice em 2017. A partir de então, voltou a cair, com uma queda mais aguda em 2020 – em função das políticas emergenciais de transferência de renda

adotadas durante a pandemia de COVID-19. Em 2021, com o enfraquecimento daquelas políticas, a desigualdade de renda aumentou de forma elevada e atingiu o maior valor da série histórica, 0,565. No ano seguinte, em 2022, no entanto, a desigualdade voltou a cair. Apesar de ter se elevado novamente em 2023, a desigualdade caiu em 2024. No entanto, voltou a subir em 2025, atingindo o nível de 0,541.

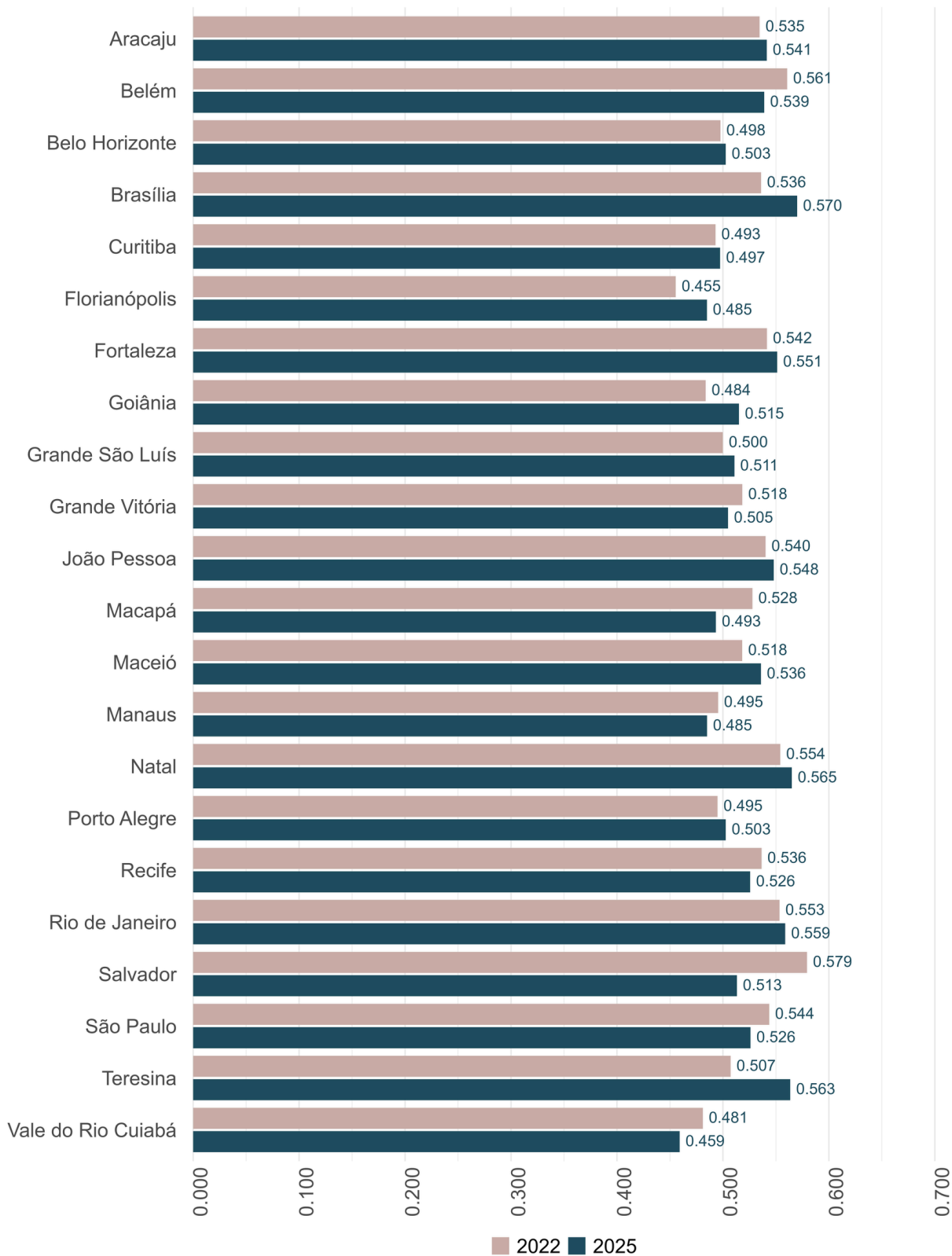
Na figura 2, estão expostos os resultados do coeficiente de Gini para as Regiões Metropolitanas do país, entre os anos de 2022 e 2025. A maioria das Regiões Metropolitanas apresentou aumento na desigualdade de renda nesse período, com exceção das Regiões Metropolitanas de Manaus, Belém, Macapá, Recife, Salvador, Grande Vitória, São Paulo e Vale do Rio Cuiabá. Em 2025, aquelas que registraram os maiores coeficientes de Gini e, portanto, maior desigualdade de renda, foram as Regiões Metropolitanas de Brasília [0,570], Natal [0,565], Teresina [0,563], Rio de Janeiro [0,559] e Fortaleza [0,551]. No

outro extremo, as Regiões Metropolitanas com menores coeficientes de Gini, em ordem decrescente, foram Curitiba [0,497], Macapá [0,493], Manaus [0,485], Florianópolis [0,485] e Vale do Rio Cuiabá [0,459].



**FIGURA 1: Evolução do coeficiente de Gini\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.  
Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços constantes, 2025 / IPCA).



**FIGURA 2: Coeficiente de Gini\* - Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços constantes, 2025 / IPCA).

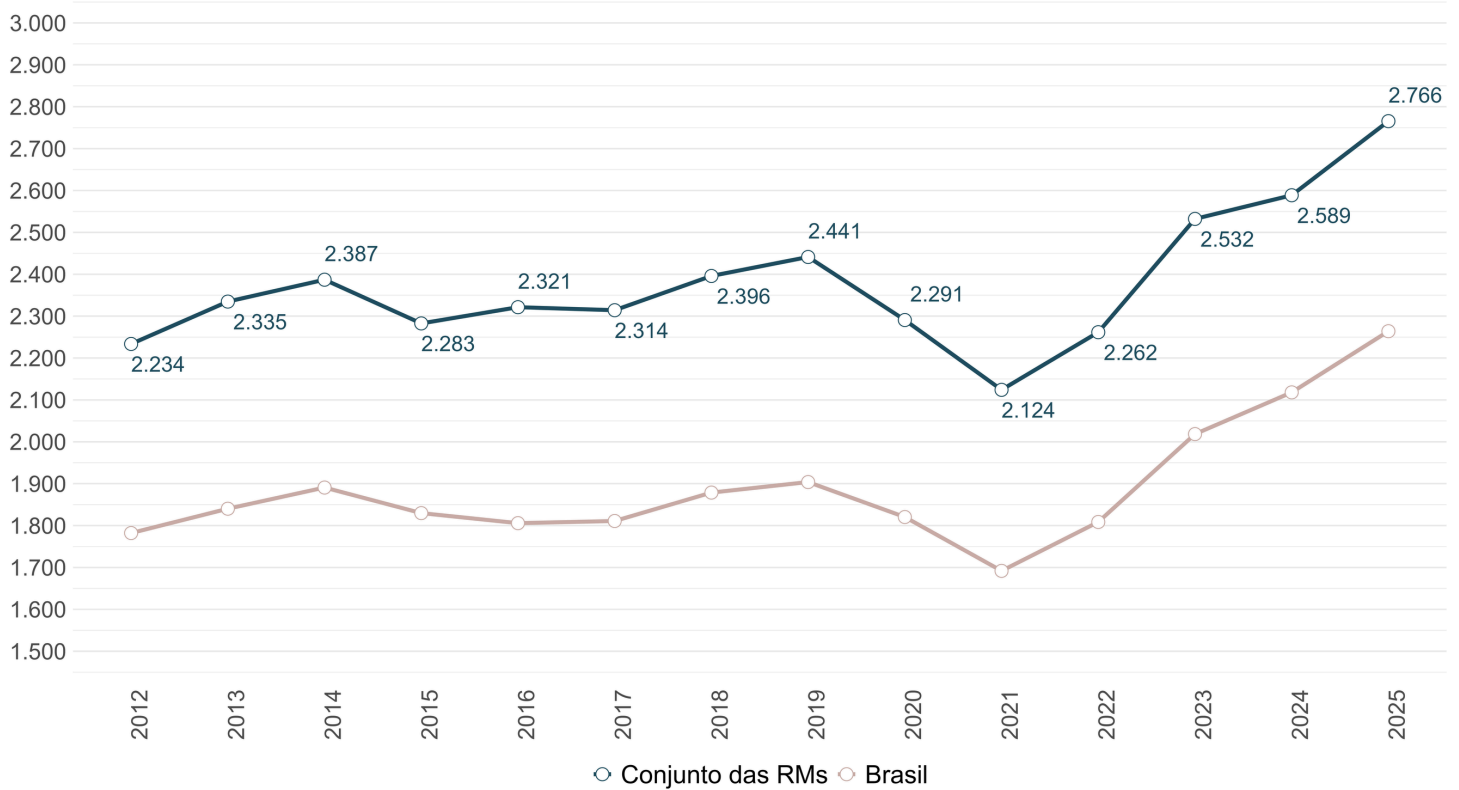
## 3 ESTRATOS DE RENDA

Nesta seção, são apresentados a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda: os 40% da base da distribuição de renda, considerados os mais pobres, os 50% intermediários e os 10% do topo da distribuição, considerados os mais ricos. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato dos mais ricos e dos mais pobres. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, expostas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade da distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado. Além disso, por ser o Gini mais sensível às mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar a análise com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores – medida mais sensível à desigualdade entre os extremos da pirâmide social, que caracteriza o fenômeno no Brasil.

Na figura 3, está plotada a evolução da média de rendimentos para o conjunto

das Regiões Metropolitanas para o período de 2012 a 2025. O rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014. Apesar da queda sofrida em 2015 e, com pequenas oscilações, voltou a crescer até 2019, atingindo o valor de R\$2.441. A partir desse período, sofreu uma queda brusca em 2020 e 2021 em razão dos efeitos da pandemia da Covid19. De 2022 em diante reverteu esse comportamento, apresentando crescimento até atingir o maior valor da série histórica pela terceira vez, correspondente a R\$2.766 em 2025.

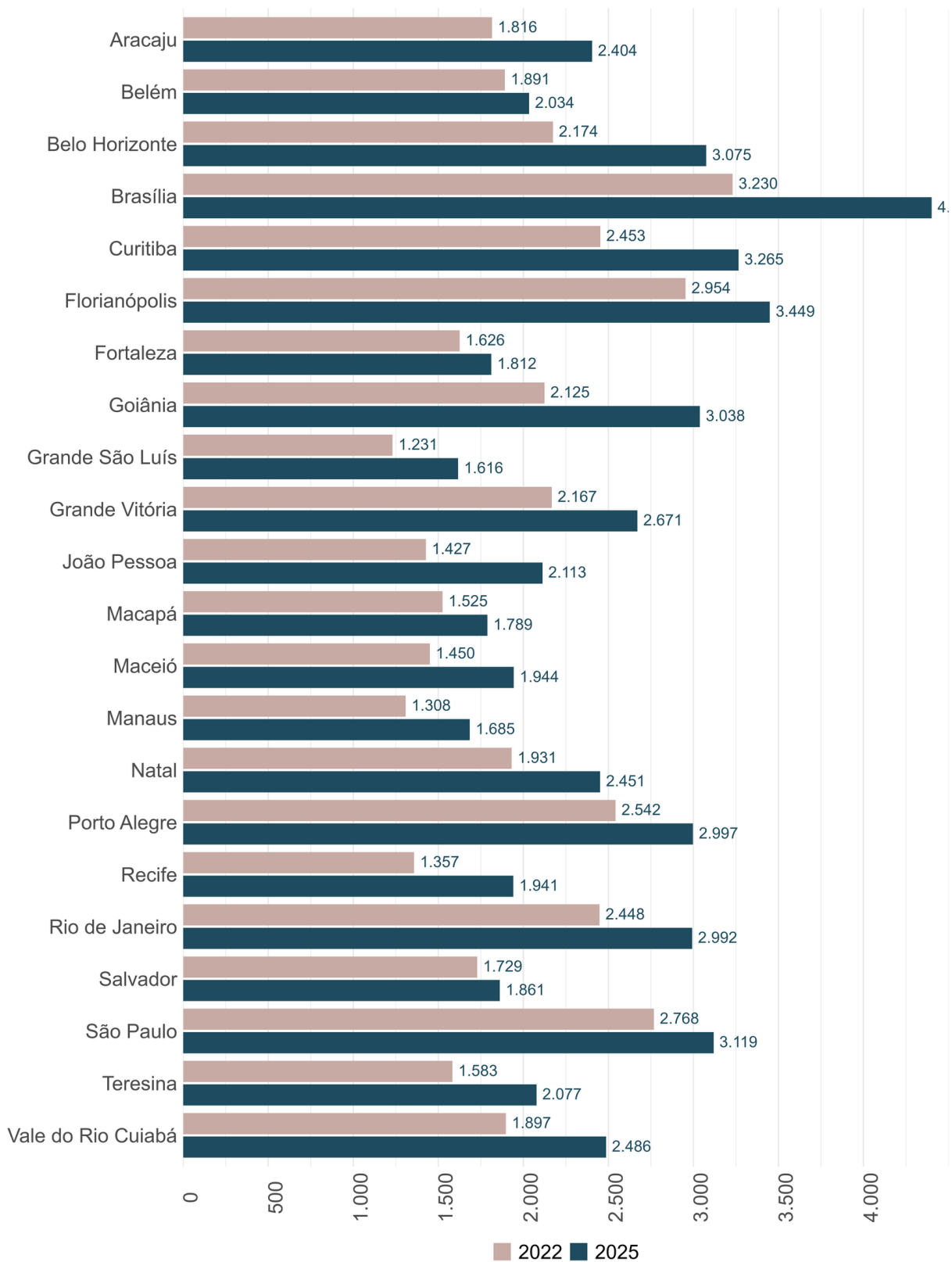
Na figura 4, estão expostos os resultados da média de rendimento domiciliar per capita, entre 2022 e 2025, para cada uma das Regiões Metropolitanas do país. O comportamento de todas foi de aumento da média de rendimento no período. Em 2025, as Regiões Metropolitanas com os menores rendimentos médios, em ordem crescente, foram Grande São Luís [R\$1.616], Manaus [R\$1.685], Macapá [R\$1.789], Fortaleza [R\$1.812] e Salvador [R\$1.861]. Já as Regiões Metropolitanas com maiores rendimentos médios, em ordem crescente, foram Belo Horizonte [R\$3.075], São Paulo [R\$3.119], Curitiba [R\$3.265], Florianópolis [R\$3.449] e Brasília [R\$4.401].



**FIGURA 3: Evolução da média de rendimentos\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

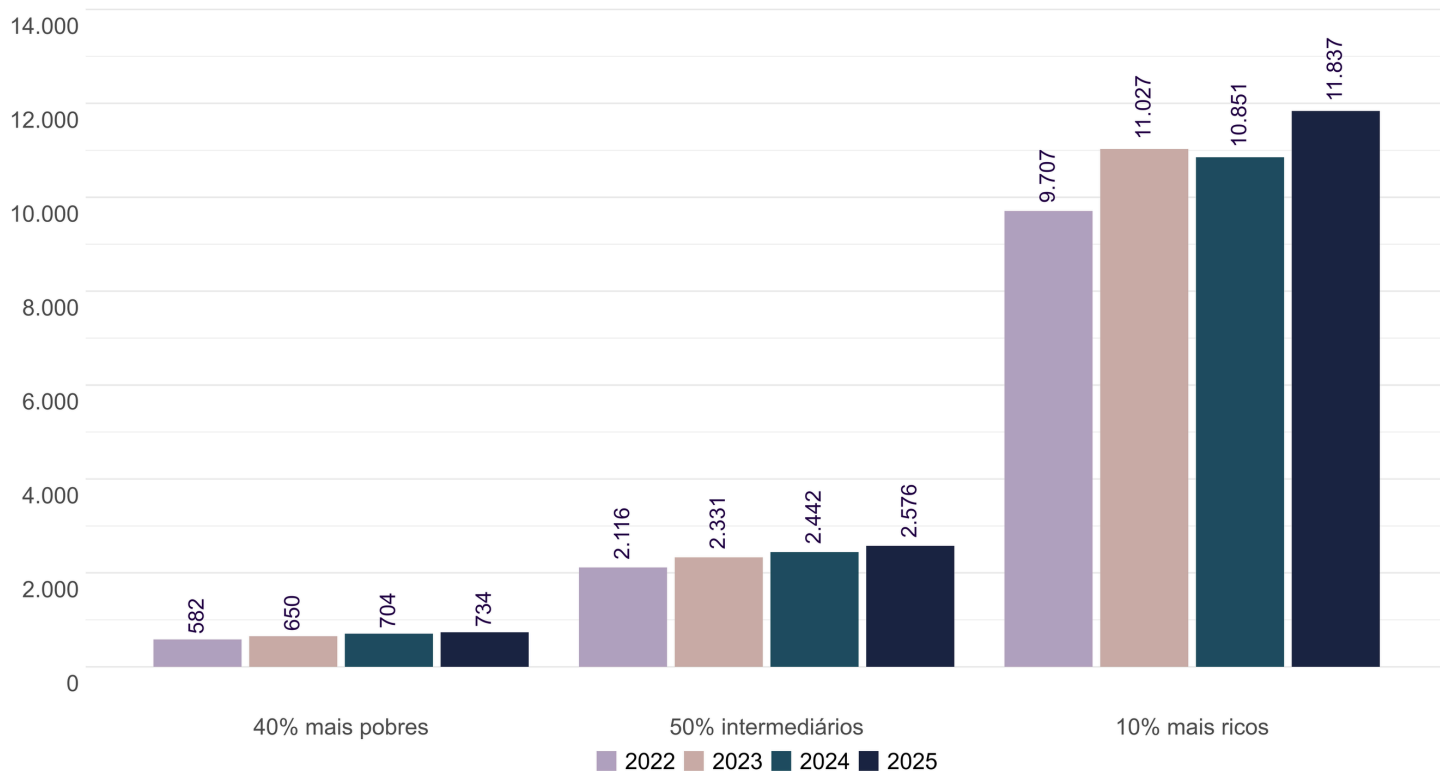
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços médios do ano, 2025 / IPCA).



**FIGURA 4: Média de rendimentos\* - Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.  
 Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços constantes, 2025/ IPCA).



**FIGURA 5: Média de rendimento por estrato de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil.**

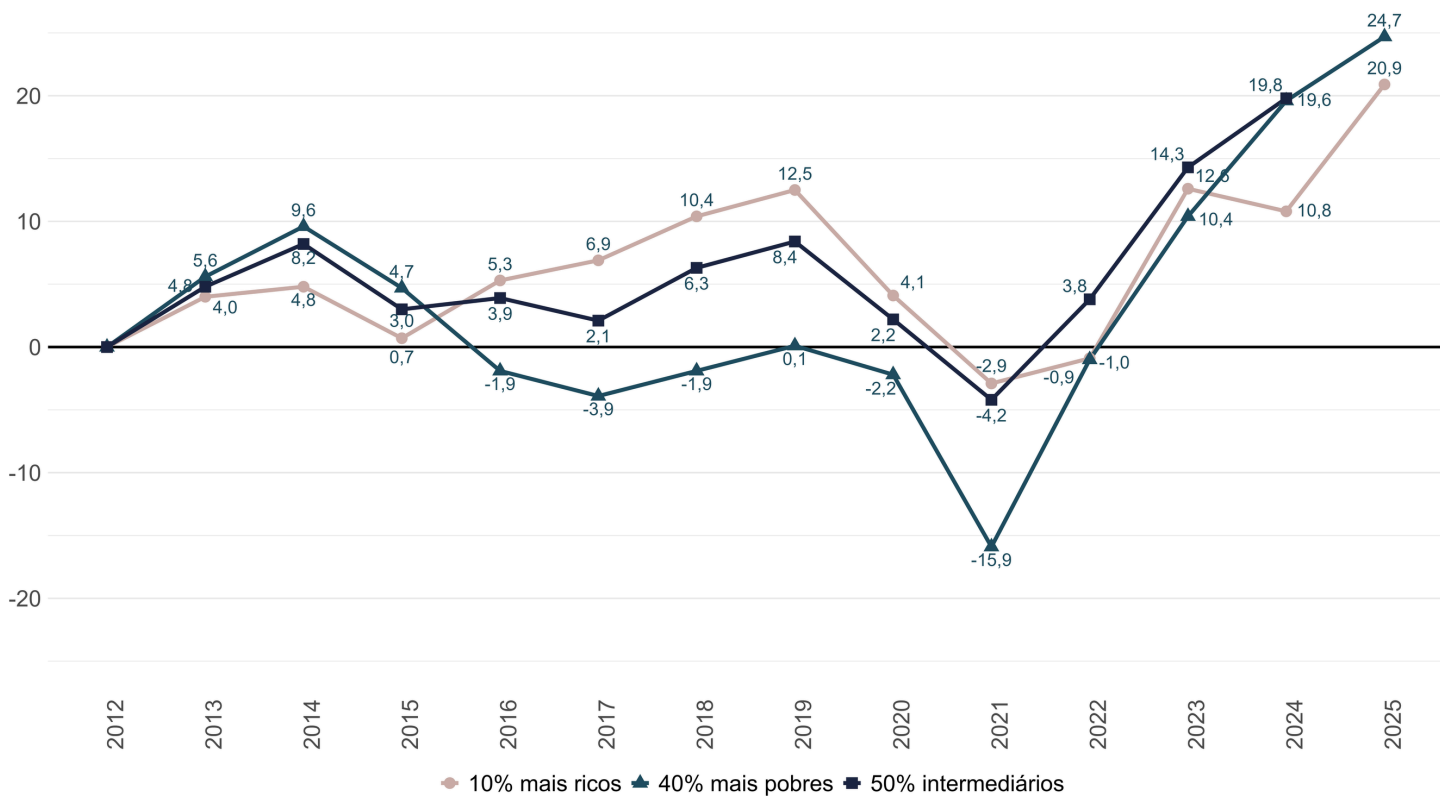
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços constantes, 2025 / IPCA).

Na figura 5, está exposto o rendimento médio de acordo com os estratos de renda mencionados, para o conjunto das Regiões Metropolitanas, entre 2022 e 2025. Em todos os estratos se observa comportamento de crescimento do rendimento médio, no período, apesar de pequena queda verificada entre os 10% de maior renda em 2024, mas que volta a crescer em 2025. Além disso, se observa a enorme distância que separa o topo da base dos estratos de renda nas metrópoles brasileiras.

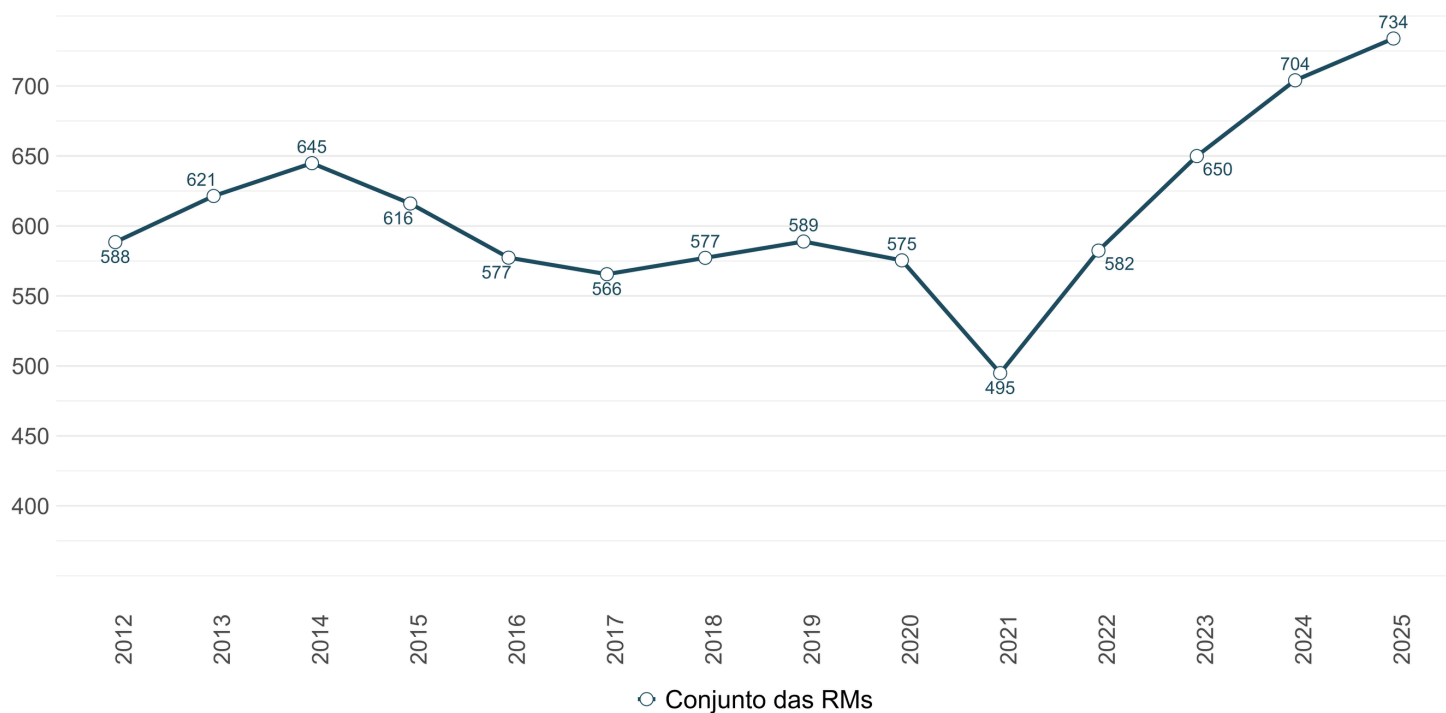
Na figura 6, por sua vez, está plotada a variação percentual do rendimento médio para cada ano em relação ao começo da série histórica [2012], segundo os estratos de renda, o que permite verificar os ganhos ou perdas relativas do rendimento médio por estrato de renda. Entre 2013 e 2014, a variação do rendimento foi positiva e crescente para todos os estratos de renda, sendo maior para o estrato mais pobre. Entre 2014 e 2015, apesar de positiva, a variação do rendimento médio de todos os estratos se reduziu. A partir desse ano, se observa

comportamento distinto entre o estrato dos 40% de menor renda, que passaram a registrar variação negativa até o ano de 2018 e pequena recuperação em 2019, e os demais estratos, que apresentaram variação positiva e crescente até 2019. Em 2020 e 2021, todos os estratos de renda apresentam queda na variação de rendimento devido aos efeitos da Pandemia da Covid19, mas elas foram mais expressivas para o estrato mais pobre, que chegou a registrar perda 15,9% do seu nível de rendimento. O período de 2022 diante foi de recuperação para todos os estratos de renda, apesar de pequena queda da variação dos 10% mais ricos entre 2023 e 2024. No entanto, para todos os estratos de renda, em 2025 se registraram as maiores variações de rendimento durante toda a série histórica.



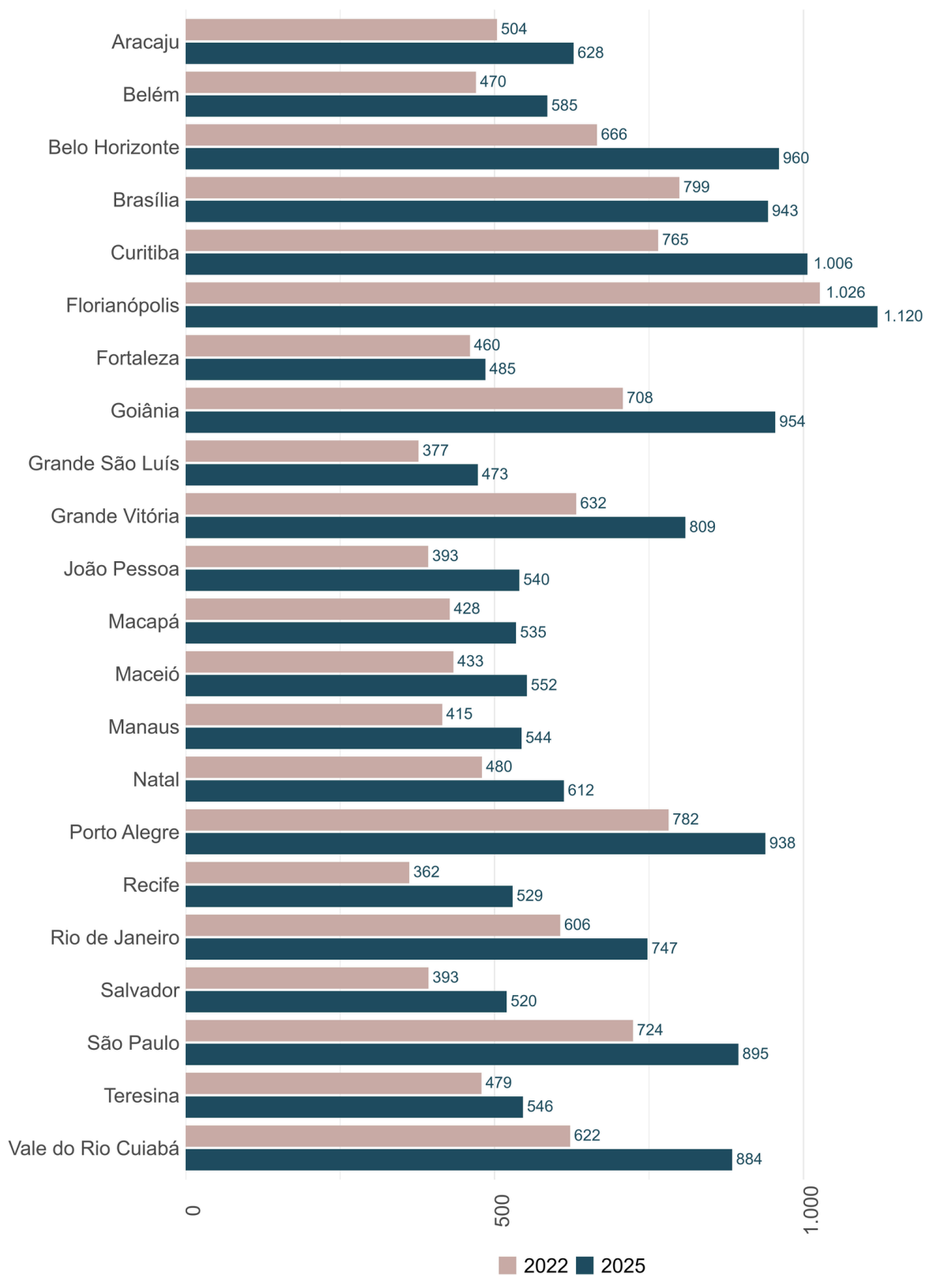
**FIGURA 6: Variação (%) da média de rendimentos em relação ao ano de 2012 por estrato de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil.**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.  
Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (valores constantes, 2025 / IPCA).



**FIGURA 7: Média de rendimentos\* dos 40% mais pobres – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

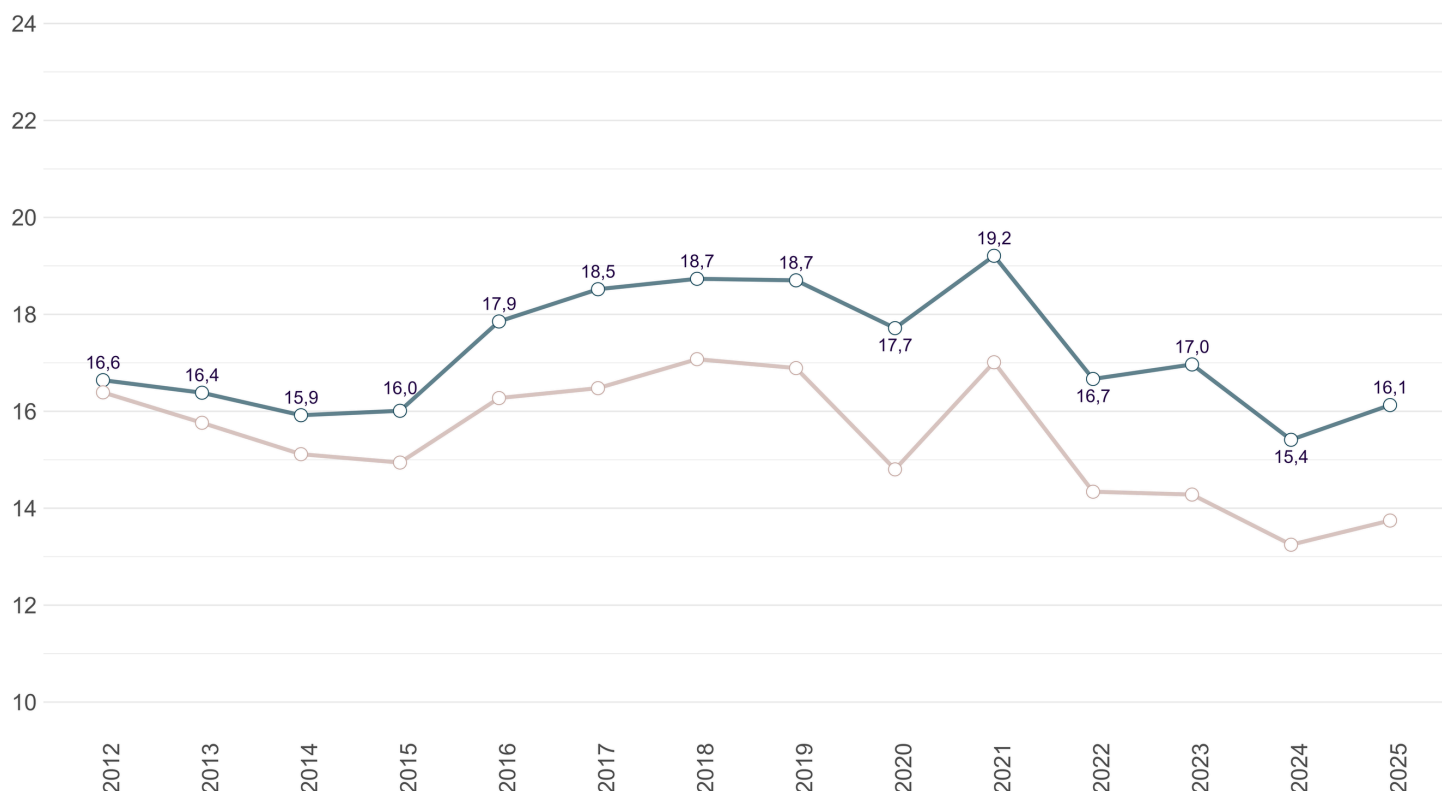
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.  
Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços constantes, 2025 / IPCA).



**FIGURA 8: Média de rendimentos\* dos 40% mais pobres – Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços constantes, 2025 / IPCA).



**FIGURA 9: Razão de rendimentos\* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços constantes, 2024 / IPCA).

Na figura 7, está exposta a evolução da média de rendimentos dos 40% mais pobres em cada ano ao longo da série histórica. Se observa que ocorreu crescimento da média do rendimento desse estrato entre 2012 e 2014. A partir desse período, houve redução da média do rendimento até 2017, quando a curva apresentou trajetória de crescimento até 2019. Devido aos efeitos da pandemia da Covid19, a média do rendimento caiu em 2020 e despencou em 2021. No entanto, a partir de 2022 o comportamento foi de crescimento, atingindo os maiores rendimentos da série histórica em 2023, posteriormente em 2024 e, novamente, em 2025, no valor de R\$734.

Na figura 8, está exposta a média de rendimento do estrato de 40% de menor renda, de 2022 e 2025, para cada uma das Regiões Metropolitanas do país. Na maioria das Regiões Metropolitanas se verificou aumento da média do rendimento para esse estrato de renda. Em 2025, os menores rendimentos médios na comparação entre as Regiões Metropolitanas foram registrados, em

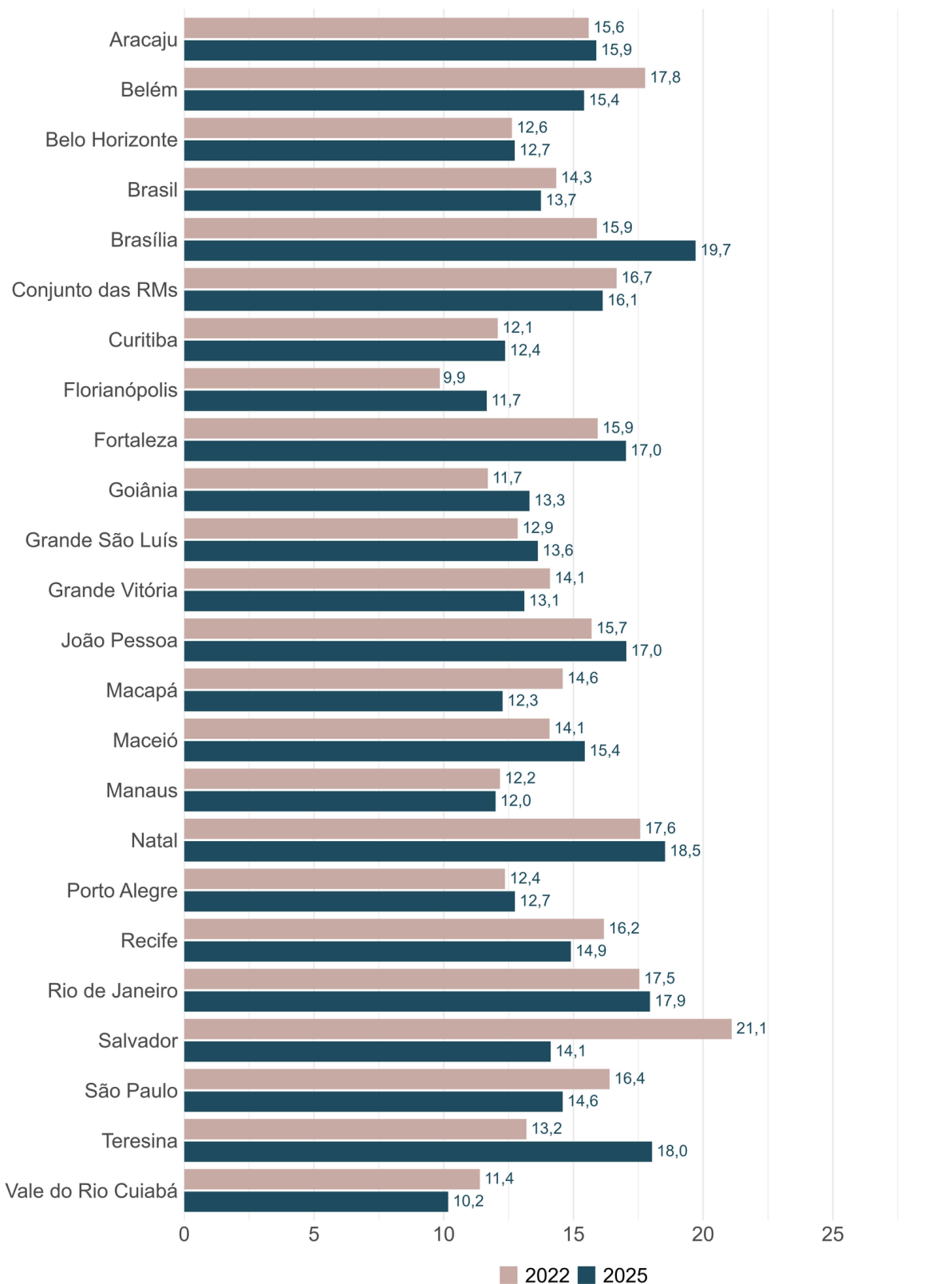
ordem decrescente, em Macapá [R\$535], Recife [R\$529], Salvador [R\$520], Fortaleza [R\$485] e Grande São Luís [R\$473]. Já os maiores rendimentos foram registrados, em ordem crescente, nas Regiões Metropolitanas de Brasília [R\$943], Goiânia [R\$954], Belo Horizonte [R\$960], Curitiba [R\$1.006] e Florianópolis [R\$1.120].

Na figura 9, está plotada a evolução da razão de rendimento entre o estrato mais rico [10% do topo da distribuição] e o estrato mais pobre [40% da base da distribuição], para o conjunto das Regiões Metropolitanas. A razão de rendimento é outro indicador de desigualdade de renda, pois permite analisar quantas vezes mais ganham, em média, o estrato dos 10% de maior rendimento em relação ao estrato dos 40% de menor rendimento. Essa razão apresentou comportamento de queda entre 2012 e 2014, demonstrando, portanto, redução da desigualdade de renda. No entanto, voltou a subir no período de 2015 a 2019.

Devido aos efeitos da política emergencial de transferência de renda no momento da Pandemia da Covid19, a razão de rendimento caiu em 2020, mas voltou a subir em 2021, atingindo seu patamar mais elevado em toda a série histórica. A partir desse período, apesar de pequenas oscilações, seu comportamento foi de queda até 2024, quando registrou seu menor nível em 15,4, mas voltando a crescer novamente em 2025, tendo registrado o patamar de 16,1. Isso significa que, em média, as pessoas no topo ganhavam 16,1 vezes mais do que as pessoas na base da distribuição de renda.

Na figura 10, está exposta a comparação entre a razão de rendimento registrada em 2022 e 2025 para cada uma das Regiões Metropolitanas do país. Na maioria delas se registrou aumento desse indicador, demonstrando aumento da desigualdade de renda entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição de renda. Em 2025, as Regiões Metropolitanas onde se registaram as maiores razões de rendimentos, em ordem crescente, for-

ram Brasília [19,7], Natal [18,5], Teresina [18], Rio de Janeiro [17,9] e João Pessoa [17]. No outro oposito, as metrópoles em que foram registradas as menores desigualdades de renda, em ordem decrescente, foram as Regiões Metropolitanas de Curitiba [12,4], Macapá [12,3], Manaus [12], Florianópolis [11,7] e Vale do Rio Cuiabá [10,2].



**FIGURA 10: Razão de rendimentos\* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita (a preços constantes, 2025 / IPCA).

## 4 POBREZA E EXTREMA POBREZA

Além da desigualdade de renda, é importante também considerar a pobreza absoluta e sua evolução no período. Diferente dos indicadores de desigualdade, que tratam da forma como a renda é distribuída, a pobreza diz respeito à quantidade de indivíduos que recebem rendimentos abaixo de um valor mínimo (linha de pobreza). Essa quantidade varia em função tanto do volume de recursos disponíveis como da maneira como tais recursos estão distribuídos. Cenários de crescimento econômico e/ou redução das desigualdades tendem a induzir uma redução na taxa de pobreza, enquanto contextos de recessão econômica e/ou elevação das desigualdades costumam vir acompanhados de aumento da mesma.

A pobreza pode ser entendida, de modo genérico, como a circunstância na qual necessidades básicas não são atendidas

de forma adequada, sendo considerada, portanto, uma situação de privação. Ou seja, é entendido como pobre aquele indivíduo que não dispõe dos meios minimamente necessários para participar adequadamente da vida na sociedade em que está inserido. Um dos maiores desafios para se estudar este fenômeno é a definição do que seriam essas necessidades básicas, esse mínimo necessário, e então o valor monetário a ele correspondente – a chamada linha de pobreza. Há diversos métodos para se chegar a este valor e uma significativa variação entre as linhas de pobreza estabelecidas em diferentes países, regiões e/ou momentos históricos. Neste Boletim, adotamos linhas de pobreza definidas pelo Banco Mundial, amplamente utilizadas ao redor do mundo e no Brasil.

Para o acompanhamento da pobreza global, as Nações Unidas e o Banco Mun-

dial estabeleceram inicialmente a medida de US\$1,00 por dia, ainda na década de 1990. Este valor tem sido atualizado constantemente, e hoje está em US\$2,15 – baseado no cálculo da Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2017<sup>[1]</sup>. Tal patamar se justifica por ser válido como linha de pobreza mesmo para os países mais pobres do globo, se constituindo, portanto, como um mínimo a ser perseguido por todo e qualquer país. Essa importante medida foi utilizada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM – e está presente na Agenda 2030 para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Mais recentemente, no entanto, a partir do ano de 2007, o Banco Mundial adicionou duas outras opções de linhas de pobreza em suas publicações. A primeira delas se aplica aos países de renda média-baixa e tem o valor de US\$3,65 PPC; a segunda, por sua vez, é sugerida para os países de renda média-alta<sup>[2]</sup> e seu valor é de US\$6,85 PPC. O Brasil é classificado como país de rendimento média-alto e por essa razão a linha de pobreza de US\$ 6,85 PPC tem sido utilizada com frequência nos estudos nacionais, inclusive pelo IBGE<sup>[3]</sup>.

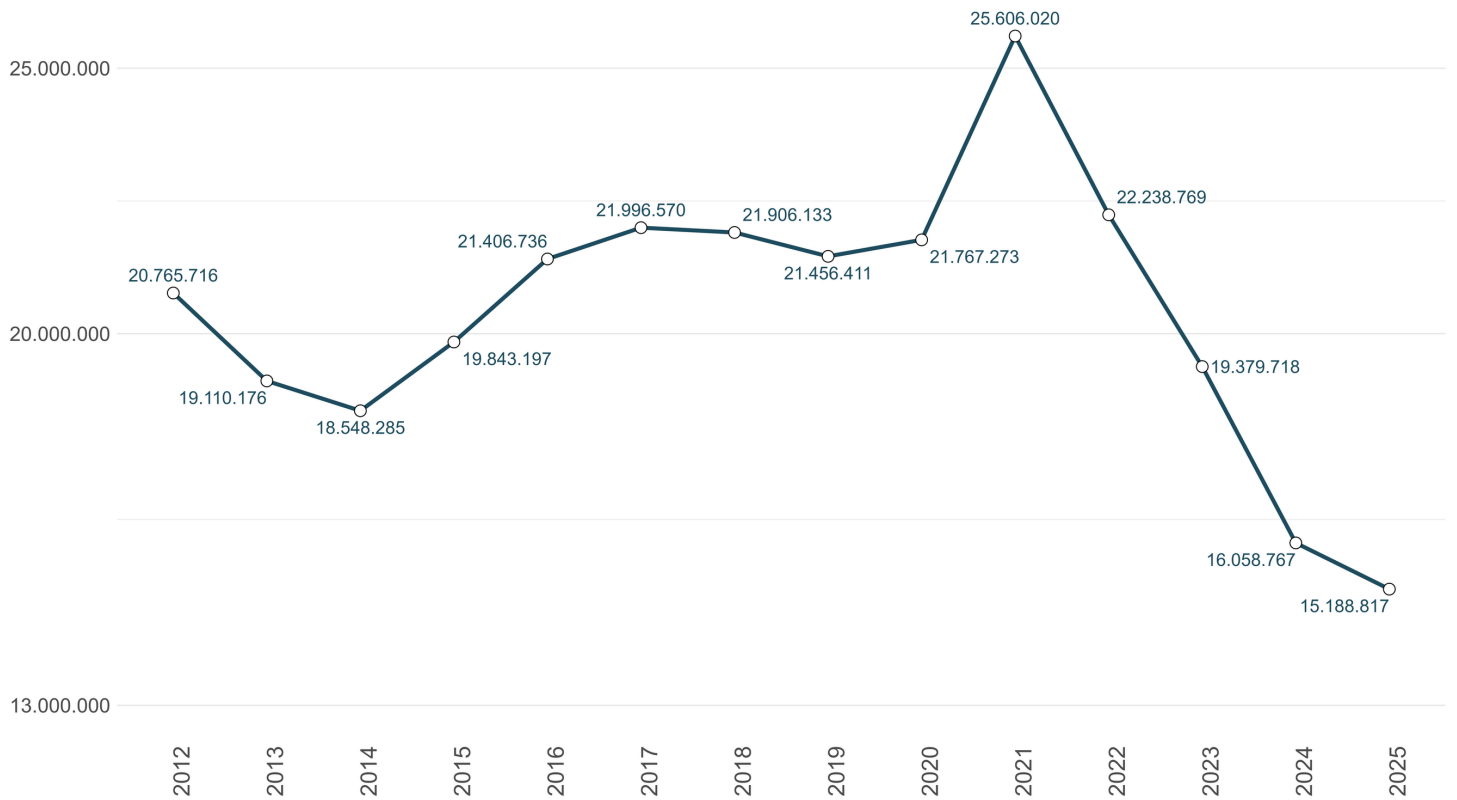
Nesta publicação, trabalharemos com duas linhas: US\$6,85 PPC para pobreza e US\$2,15 PPC para a extrema pobreza. Para tanto, os valores foram primeiro convertidos em reais (R\$) a partir da Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2017; posteriormente, foram deflacionados a preços médios de 2025, por meio do IPCA. Em valores de 2025, a linha de pobreza é de aproximadamente R\$729,70 e a linha de extrema pobreza é de aproximadamente R\$229,03. Ou seja, moradores de domicílios cuja renda per capita se encontra abaixo de tais valores serão classificados como pobres e/ou extremamente pobres, respectivamente.

---

[1] Elaborada a partir de uma pesquisa mundial de preços de bens e serviços, a taxa de câmbio medida em PPC permite a comparação do valor real das moedas em determinado momento.

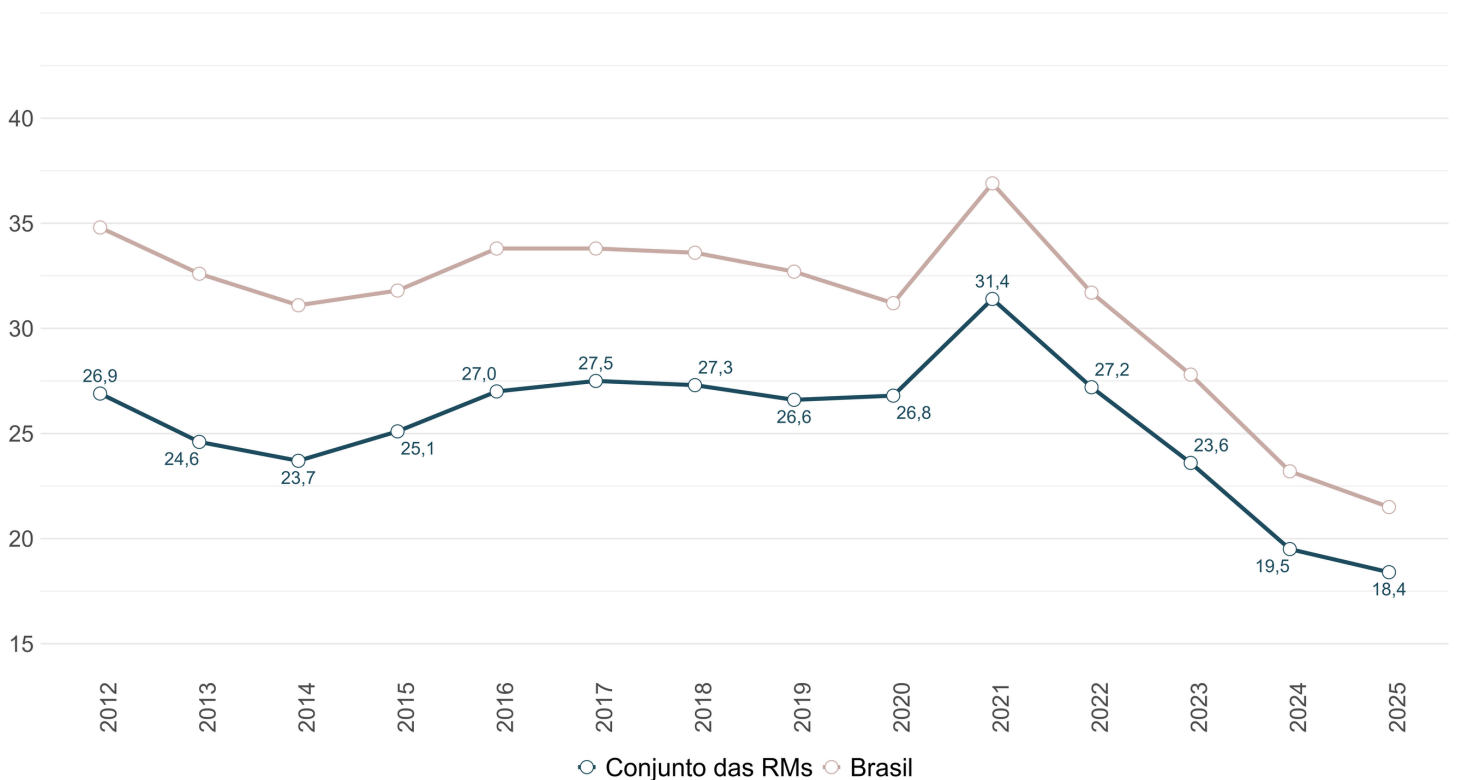
[2] <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>

[3] <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>



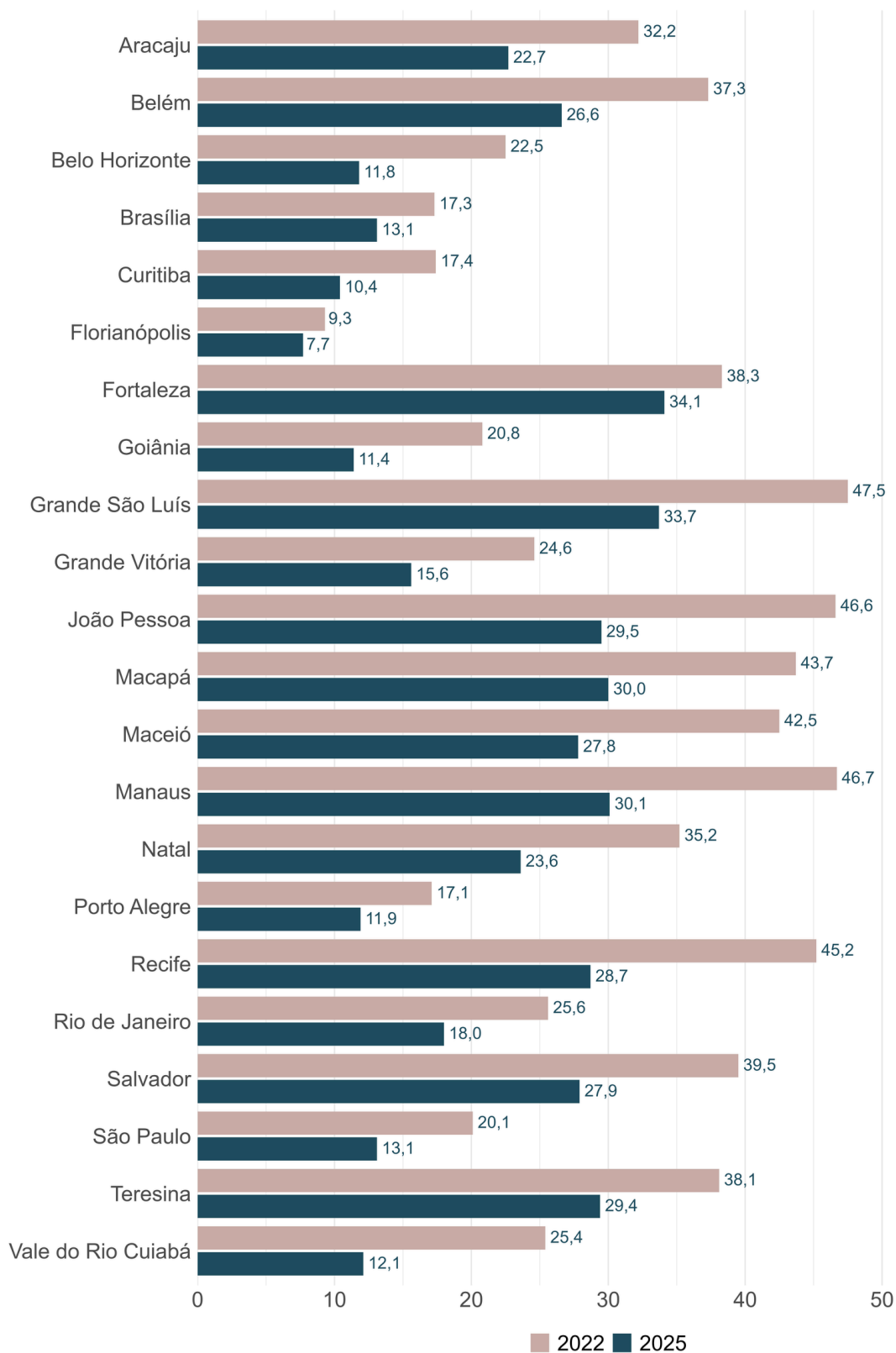
**FIGURA 11: Número de Pessoas em Situação de Pobreza\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.  
Nota: (\*) até US\$ 6,85/dia (PPC 2017)



**FIGURA 12: Pessoas em Situação de Pobreza\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.  
Nota: (\*) até US\$ 6,85/dia (PPC 2017)



**FIGURA 13: Pessoas em Situação de Pobreza\* - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)**

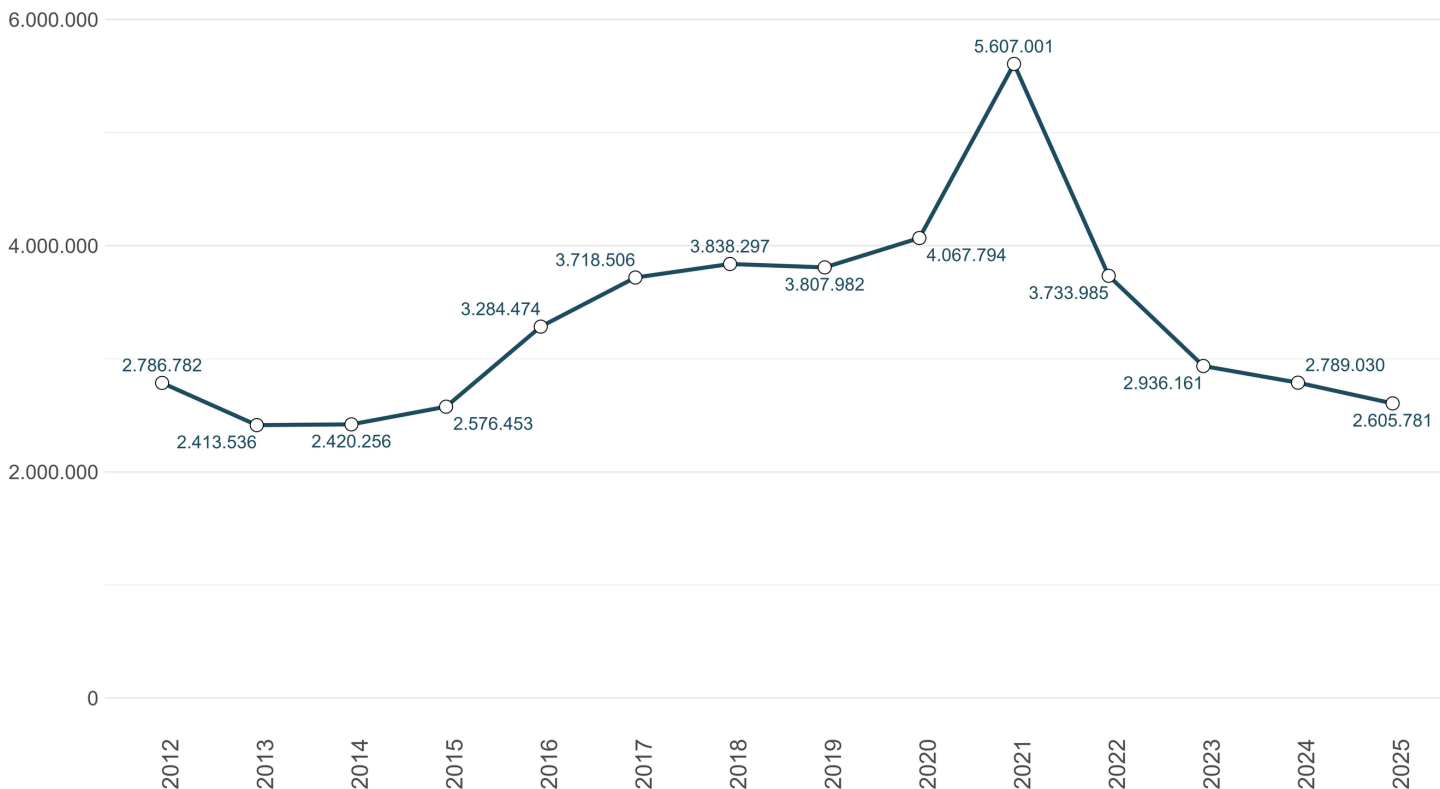
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) até US\$ 6,85/dia (PPC 2017)

Nas figuras 11 e 12, estão expostas, respectivamente, as evoluções do número total e do percentual da população do conjunto das Regiões Metropolitanas brasileiras que se encontram em situação de pobreza. Esses valores caem entre 2012 e 2014, quando apresentam o menor valor da série, e a taxa chega 23,7%, ou 18,6 milhões de pessoas. A partir daí sobe por três anos e depois se estabiliza em cerca de 26,8% (21,8 milhões) em 2020. Em 2021 a taxa de pobreza sobe bruscamente e chega a 31,4% (25,6 milhões) da população metropolitana em situação de pobreza, o maior valor da série histórica. A partir de 2022 passou a ocorrer redução e a taxa de pobreza chegou a 18,4% em 2025, correspondente a 15,2 milhões de pessoas, o menor patamar durante toda a série histórica. Isso indica que desde 2021, 10,4 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza nas metrópoles brasileiras.

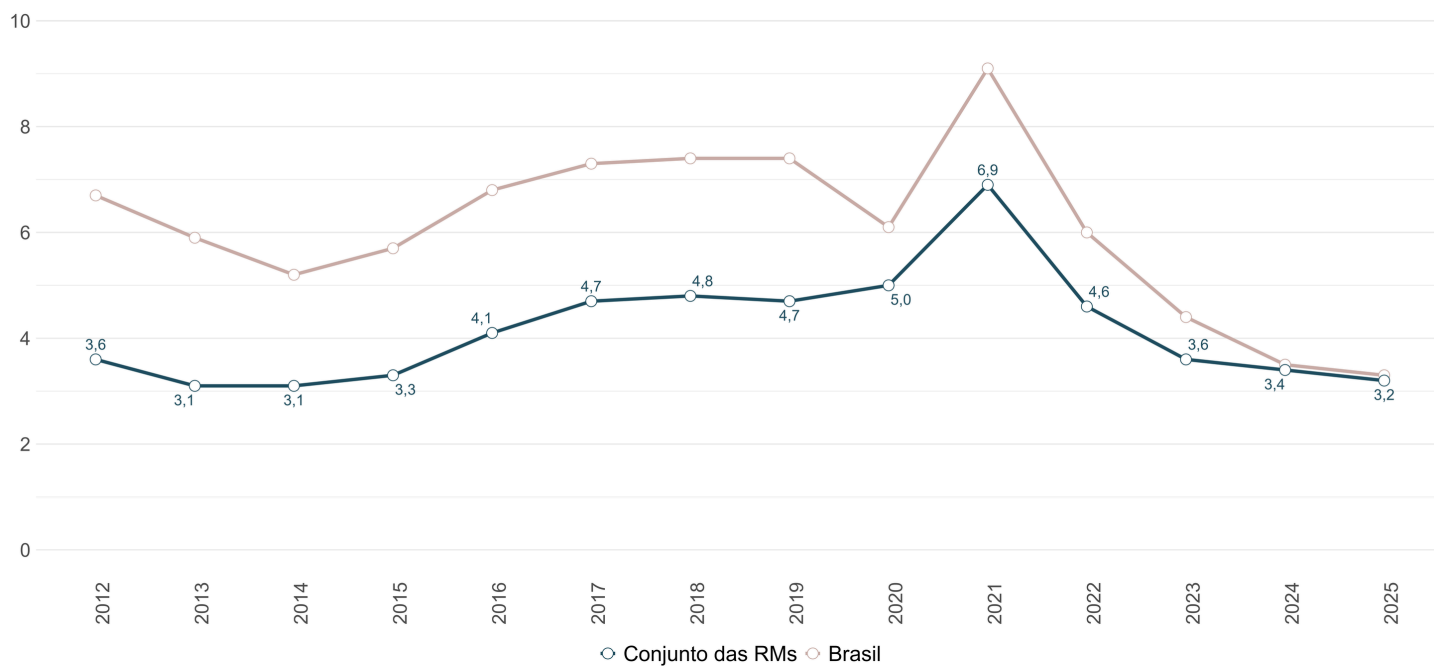
Nas figuras 14 e 15, temos a evolução, respectivamente, do número total e do percentual da população do conjunto das Regiões Metropolitanas que se encontra em situação de extrema pobreza, isto é, que vive em domicílios em que a renda per capita é inferior a R\$229,03 por mês. Constata-se que após uma leve redução entre 2012 e 2013, esses valores passaram a crescer sucessivamente todos os anos, em que pese um certo período de estabilidade [entre 2013 e 2015 e entre 2018 e 2020]. Assim como registrado para a situação de pobreza, a taxa de extrema pobreza saltou entre 2020 e 2021, chegando a 6,9%, correspondente 5,6 milhões de pessoas das metrópoles brasileiras. Esse valor foi mais do que o dobro registrado sete anos antes. A partir de 2021, passou a ocorrer redução expressiva da taxa de extrema pobreza, chegando a 3,2% em 2025. Isso indica que desde 2021 pouco mais de 3 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza extrema no Brasil metropolitano.

Na figura 16, é apresentada a comparação entre o percentual de pessoas em situação de pobreza extrema, em 2022 e 2025, para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil. Podemos constatar que a taxa de extrema pobreza caiu em quase todas as metrópoles ao longo do período analisado, com exceção de Brasília e de Florianópolis. As Regiões Metropolitanas em que a taxa de extrema pobreza foi mais alta, em ordem crescente, foram Maceió [5%], Macapá [5,1%], Fortaleza [5,4%], Salvador [6,5%] e Grande São Luís [6,6%]. Já as regiões em que essa taxa foi mais baixa, em ordem decrescente, foram Porto Alegre [1,9%], Belo Horizonte [1,9%], Vale do Rio Cuiabá [1,6%], Curitiba [1,6%] e Goiânia [1,5%].



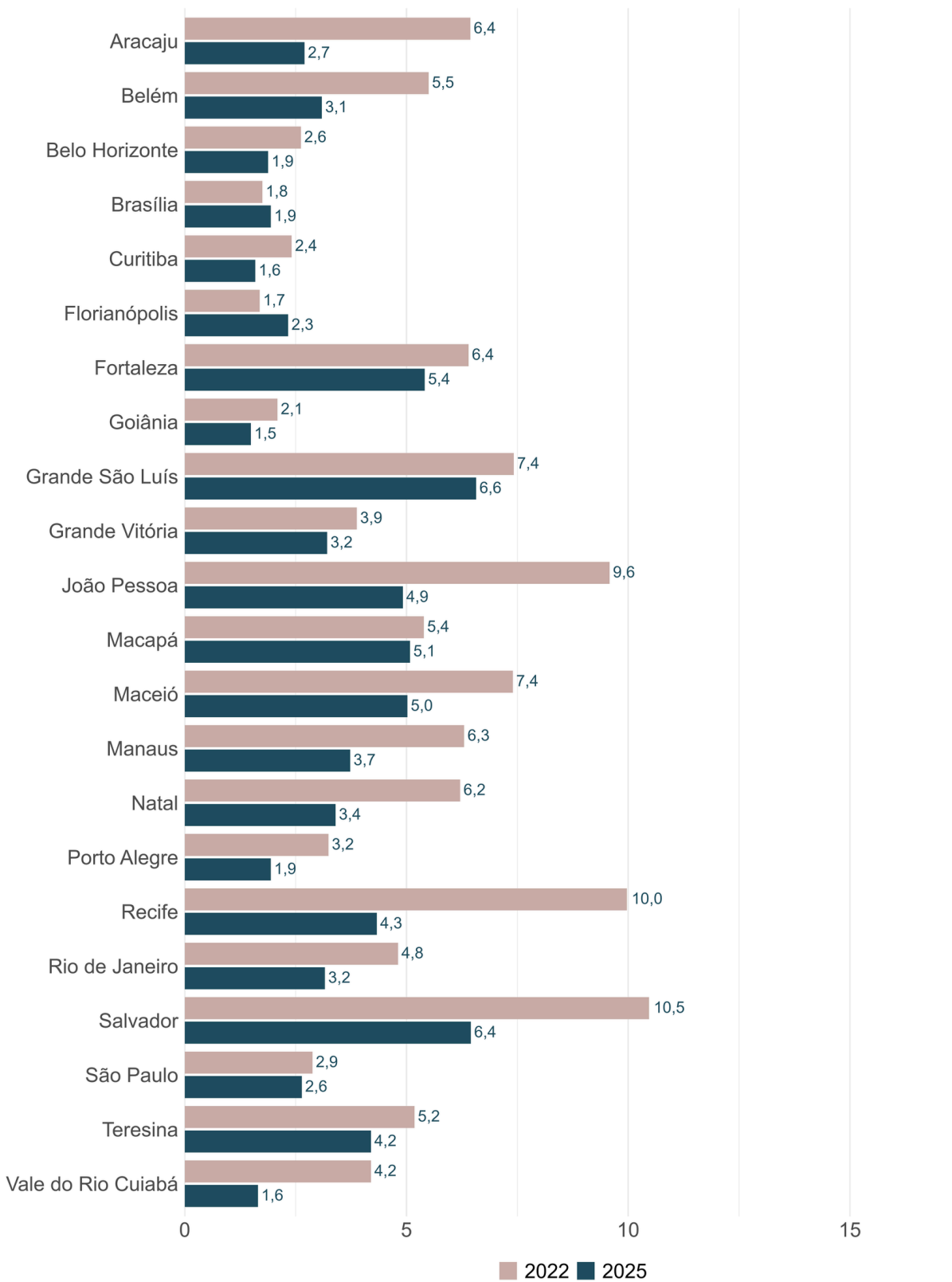
**FIGURA 14: Número de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.  
Nota: (\*) até US\$ 2,15/dia (PPC 2017)



**FIGURA 15: Pessoas em Situação de Extrema Pobreza\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.  
Nota: (\*) até US\$ 2,15/dia (PPC 2017)



**FIGURA 16: Pessoas em Situação de Extrema Pobreza\* - Regiões Metropolitanas do Brasil (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) até US\$ 2,15/dia (PPC 2017)



**UFRJ**



**OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES**  
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

**PUCRS** | LABORATÓRIO DE DESIGUALDADES, POBREZA  
E MERCADO DE TRABALHO - DATA SOCIAL

